

Em: 21 JUN 2018

Presidente Assembleia Legislativa

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

26 JUN 2018

Protocolo: 223/18

Processo: 223/18

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIARecebido, Arquivo
Incluso em pasta

26 JUN 2018

MENSAGEM N. 137, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, o qual "Dispõe sobre a adoção da Política de Medicina Natural e Práticas Complementares - PMNPC, no Estado de Rondônia, e dá outras providências.", encaminhado a este Executivo por meio da Mensagem nº 122/2018 - ALE, de 29 de maio de 2018.

Senhores Deputados, a propositura incide em ofensa à Constituição Federal por afrontar o Princípio da Reserva de Administração, decorrente do conteúdo nuclear do Princípio da Separação dos Poderes, tutelado pelo artigo 2º da Carta Magna.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento jurisprudencial, no qual se admite a aplicação do aludido princípio constitucional, não permitindo ao Poder Legislativo a iniciativa de atos normativos com repercussão direta no Poder Executivo, nos seguintes termos:

"O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. (...) Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredindo o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultra vires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais." (RE 427.574-ED, rel. min. Celso de Mello, julgamento em 13-12-2011, Segunda Turma, DJE de 13-2-2012.)

Ainda, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70034422691, reconheceu a competência privativa do Chefe do Executivo para legislar, especificamente, sobre a organização administrativa:



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA NA ELABORAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 3.994/2009 DO MUNICÍPIO DE GARIBALDI. LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL. PROCESSO LEGISLATIVO DE INICIATIVA DO PREFEITO MUNICIPAL. OBSERVÂNCIA DA PRERROGATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE. (TJ-RS - ADI: 70034422691 RS, Relator: Genaro José Baroni Borges, Data de Julgamento: 13/12/2010, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/12/2010)

O Autógrafo de Lei nº 965/2018 padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, em virtude do Poder Legislativo imiscuir-se em matéria reservada à atuação do Poder Executivo, insculpida no artigo 39, § 1º, II, alínea "d" da Constituição Estadual, a seguir transcrito:

Art. 39. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

§ 1º. São de iniciativa do Governador do Estado as leis que:

W



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

II - disponham sobre:

.....
d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.

Ademais, a propositura invade a competência privativa do Chefe do Poder Executivo ao dispor a respeito de leis que versem sobre a organização e o funcionamento da Administração do Estado, conforme o prelecionado no inciso VII do artigo 65 da Carta Política Estadual, *in verbis*:

Art. 65. Compete privativamente ao Governador do Estado:

.....
VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei;

Outrossim, as ações e serviços de saúde em todo o território nacional são regulados pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.”, a qual não contempla a ação estabelecida pelo Autógrafo, o qual, desse modo, excede os limites da mencionada Lei Federal.

Desta feita, torna-se oportuno mencionar que o Ministério da Saúde trata a medicina complementar como prática recomendada, a ser adotada pelas Secretarias de Saúde, na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC no Sistema Único de Saúde, aprovada por meio da Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. Sendo assim, a propositura em comento vai de encontro ao tratamento dado pelo Ministério da Saúde, vez que atribui a tal instituto conotação obrigatória.

Ante o exposto, o Autógrafo de Lei é inconstitucional por ferir as Constituições Federal e Estadual, em decorrência de vício de iniciativa, como também por violar a independência e harmonia dos Poderes, ao adentrar em matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, impondo-se o veto total.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências, e consequentemente com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.


DANIEL PEREIRA
Governador